

## **O PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO: UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE NAS PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINAR, HUMANA E INTEGRAL**

### **O PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÕES NAS CIÊNCIAS HUMANAS PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES**

Claudione Vieira<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O trabalho apresenta um estudo sobre a contribuição do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) no desenvolvimento integral dos estudantes em uma escola da rede estadual de Janduís, no Rio Grande do Norte, entre 2014 e 2015. Visa analisar as implicações do PFEM na prática pedagógica dos professores da área de Ciências Humanas, a fim de conhecer as contribuições advindas dessa formação no desafio de conceber uma educação que promova o desenvolvimento integral dos estudantes. A pesquisa é de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e análise documental. Como resultado, o PNEM abre espaço para a interdisciplinaridade, com foco no redesenho curricular, os estudantes são tidos como sujeitos do ensino-aprendizagem e a autorreflexão é promotora da *práxis*.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Política pública. Ensino Médio. Ciências Humanas.

## **EL PACTO PARA EL FORTALECIMIENTO DE LA ESCUELA SECUNDARIA: UN PROGRAMA DE FORMACIÓN DOCENTE EN LA PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINAR, HUMANA Y INTEGRAL**

### **EL PACTO PARA EL FORTALECIMIENTO DE LA ESCUELA SECUNDARIA: CONTRIBUCIONES EN LAS CIENCIAS HUMANAS A LA FORMACIÓN INTEGRAL DE LOS ESTUDIANTES**

#### **Resumen**

El trabajo presenta un estudio sobre la contribución del Pacto Nacional para el Fortalecimiento de la Educación Secundaria (PNEM) en el desarrollo integral de los estudiantes en una escuela estatal en Janduís, en RN, entre 2014 y 2015. Su objetivo es analizar las implicaciones de PFEM en la práctica pedagógica de los docentes en la área de Ciencias Humanas, para conocer las contribuciones que surgen de esta capacitación en el desafío de diseñar una educación que promueva el desarrollo integral de los estudiantes. La

---

<sup>1</sup> Mestranda pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). <http://orcid.org/0000-0003-3567-784X>

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452  
investigación es de naturaleza cualitativa, bibliográfica y de análisis documental. Como resultado, el PNEM: abre un espacio para la interdisciplinariedad, con un enfoque en el rediseño curricular, los estudiantes son vistos como sujetos de enseñanza-aprendizaje, y la autorreflexión promueve la *praxis*.

**Palabras clave:** Formación continua. Política pública. Escuela secundaria. Ciencias Humanas.

## Introdução

A partir da década de 90 vários programas e políticas foram implementadas no Brasil orientando o projeto de educação do país, visando a melhoria da educação escolar, buscando cumprir exigências de formação básica numa sociedade caracterizada por avanços científicos e tecnológicos e por um mercado global competitivo. Ressaltam-se a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Programa Nacional do Livro Didático, o Exame Nacional do Ensino Médio, as Diretrizes Nacionais de Formação de Professores da Escola Básica, a Resolução CNE/2002 e a Lei 11.274 de 2006, de ampliação do ensino fundamental em nove anos (CAVALCANTI, 2012). Além da Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Essa regulamentação visa instituir meios que proporcionem condições para desenvolver nos estudantes habilidades, competências e conhecimentos necessários para a vida social produtiva e participativa em um país que pretende atingir estágios elevados de desenvolvimento social e econômico. Levantamentos com base em avaliações realizadas por diferentes mecanismos – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) – têm demonstrado resultados muito negativos do ponto de vista de indicadores de aprendizagens dos alunos, os quais colocam o Brasil em má colocação nos principais *rankings* internacionais não havendo avanço no que tange a qualidade na última década.

Nesse contexto, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) instituiu por meio da Portaria nº 1.140 de 22 de novembro de 2013 o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio. O PFEM representou a articulação de ações e estratégias entre a união

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 e os governos estaduais e distrital na formação e implantação de políticas para elevar a qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, direcionado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito.

Esta ação teve como objetivo central contribuir para o aperfeiçoamento da formação continuada de professores a partir da discussão das práticas docentes à luz das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (Resolução CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2012). Nesse sentido, a formação se articulou à ação de redesenho curricular em desenvolvimento nas escolas públicas de Ensino Médio a partir dessas Diretrizes, orientada por um eixo comum: o desafio da formação humana integral, numa perspectiva de integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, conforme o que propõe o DCNEM para o currículo do Ensino Médio.

Assim, o objetivo de estudo deste trabalho consiste nas estratégias e ações desenvolvidas pelos professores do PFEM por meio da atividade de ensino de Ciências Humanas no desenvolvimento integral dos estudantes de uma escola da rede Estadual de Ensino da 14ª Dired – Umarizal – RN, localizada no município de Janduís-RN. Com esse objetivo de estudo, pretendemos responder a seguinte questão central: de que modo o PFEM contribuiu para o desenvolvimento integral dos estudantes por meio das atividades de ensino de Ciências Humanas?

Tal questão, por sua vez, dá origem a alguns outros questionamentos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa. São eles: que adequações foram realizadas pelos professores das Ciências Humanas nas suas atividades de ensino, em decorrência dos saberes construídos por meio da formação continuada pelo PFEM? De que forma a participação dos professores das Ciências Humanas no PFEM contribuiu para o desenvolvimento integral dos estudantes?

Para respondermos a tais indagações utilizamos como referencial teórico os Cadernos 1 “Ensino Médio e Formação Humana Integral” e 3 “O Currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da Formação Humana Integral” da I Etapa do PFEM – os Cadernos 1 “Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio” e 2 “Ciências Humanas da II Etapa do PFEM, em conformidade com as DCNEM, os Referenciais Curriculares do Ensino Médio, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452  
Educação Nacional, além de autores como Cavalcanti (2012), Freire (1996), Japiassu (2013), dentre outros.

## **O Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio e a Formação Integral**

O Ministério da Educação (MEC), em diálogo com as Universidades e Secretários de Educação dos Estados brasileiros, construiu uma série de ações objetivando a superação dos grandes problemas enfrentados no Ensino Médio do país. Uma das ações mais fundamentais foi a realização de Curso de Formação Continuada para Professores do Ensino Médio em consonância com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007), o Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei nº 8.035, de 2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012).

Historicamente, a educação brasileira é caracterizada pela carência de cursos de formação inicial e continuada de professores, daí a necessidade de se estabelecer um programa de formação para professores do Ensino Médio com propostas viáveis para iniciar um processo de rediscussão das práticas docentes à luz das diretrizes curriculares para a formação da juventude do país. Compreende-se ser de suma importância a abertura de uma vasta reflexão em relação à temática “Sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral”, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM).

Neste sentido, o MEC instituiu o PFEM. A formação teve como público-alvo os professores atuantes no Ensino Médio da Educação Básica. Foi proposto um curso de formação continuada composto por grupos de estudos, nas escolas, para aprofundamento e atualização de conceitos fundamentais que norteiam o Ensino Médio.

Os objetivos desse Programa visaram promover a valorização do professor da rede pública estadual do ensino médio através da Formação Continuada, refletir sobre o currículo do ensino médio, promovendo práticas educativas com foco na formação humana integral conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). As finalidades consistiram em superar as metas

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 estabelecidas para o IDEB e PISA, aperfeiçoar indicadores de fluxo no Ensino Médio, melhorar indicadores de proficiência em Português, Matemática e Ciências, realizar uma avaliação censitária do Ensino Médio com resultados por rede e município.

A metodologia adotada proporcionou a reflexão sobre a prática educativa da escola, da constituição histórica, de seus sujeitos na diversidade do ambiente social e escolar, bem como a análise, a sistematização e o registro de experiências.

A proposta compreendeu o professor como um sujeito epistêmico, que elabora e produz conhecimentos com base na compreensão da realidade e nas possibilidades de transformação da sociedade. Essa formação foi de grande relevância, principalmente na atividade das Ciências Humanas, na medida em que proporcionou uma reflexão articulada à fundamentação teórica e à prática docente.

Sabemos que os professores, sujeitos do fazer pedagógico, convivem com uma quantidade de concepções, mas muitas não encontram soluções às exigências de seu trabalho cotidiano. Ao mesmo tempo, sabemos que uma prática pedagógica sem uma concepção que a oriente corre sempre o risco de não alcançar os objetivos propostos pela educação escolar de uma formação humana emancipadora e libertadora.

O exercício de pensar a formação humana a partir do diálogo com a prática cotidiana do professor foi o grande desafio do PFEM.

Para melhor compreensão dessa formação, Freire (2001, p. 44) assegura que:

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico necessário à reflexão crítica tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu 'distanciamento' epistemológico da prática enquanto objeto da análise deve dela 'aproximá-lo' ao máximo. Quanto melhor faça essa operação quanto mais inteligência ganha da análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade.

Na visão de Freire (1996), isso significa que quanto mais me assumo que estou sendo e sei as razões de ser pelas quais estou sendo assim, mais me sinto capaz de mudar-me, de promover-me, no caso do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Nessa lógica, a formação humana integral implica em competência técnica e compromisso ético, que se revelam em uma atuação profissional pautada pelas transformações sociais, políticas e culturais necessárias à edificação de uma sociedade igualitária. Por assim dizer, essa perspectiva de formação vai na contramão da requerida pela lógica da globalização econômica, tendo em vista que o fazer pedagógico, tendo como base esse referencial, contribui para a formação de seres humanos capazes de participar politicamente como sujeitos emancipados, em função de transformações que suscitem em melhorias coletivas e sociais. Desse modo, o Ensino Médio no PFEM se voltou para a formação humana integral, organizado a partir da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Por conseguinte, é interessante realizar uma reflexão sobre esses eixos a partir de suas interdependências na constituição do currículo do Ensino Médio.

Iniciamos pelo trabalho em decorrência do fato de o compreendermos como uma mediação central no processo de produção da existência e objetivação da vida humana. O trabalho, em seus sentidos ontológico e histórico é reconhecido como princípio educativo. Não como formação profissional, mas de uma gama de conhecimentos acerca do mundo do trabalho e do desenvolvimento de capacidades humanas gerais para transformação da realidade material. A dimensão ontológica do trabalho é vista como referência para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais, e também para a organização pedagógico-curricular da Educação Básica.

A ciência aparece como parte do conhecimento sistematizado e expresso na forma de conceitos representativos das relações determinadas e apreendidas da realidade considerada. O conhecimento de uma seção da realidade concreta ou a realidade concreta tematizada constitui os campos da ciência, as disciplinas científicas.

A tecnologia compreendida como “extensão das capacidades humanas, mediante a apropriação de conhecimentos como força produtiva” (BRASIL, 2011, p. 19), resulta da transformação da ciência em força produtiva; não é simplesmente aplicação técnica do conhecimento científico, pois a transformação deste em tecnologia envolve decisões que, por sua vez, dependem dos interesses em jogo na sociedade e dos caminhos seguidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Por sua vez, a cultura, em vista de uma compreensão que se articula às concepções de trabalho, de ciência e de tecnologia acima descritas, é compreendida como as diferentes formas de criação da sociedade, incluindo as práticas de produção da existência humana, seus valores, suas normas de conduta, suas obras, ou seja, é vista tanto como ética quanto estética de uma sociedade; é expressão de valores e hábitos; é comunicação e arte; é produção e fruição.

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, objetivo central da organização curricular do Ensino Médio, significa entender o trabalho como princípio educativo, visto que por meio do trabalho se pode perceber o processo histórico de produção científica e tecnológica, bem como o desenvolvimento e a apropriação social desses conhecimentos para a transformação das condições naturais da vida e ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Assim, as DCNEM propõem uma reconfiguração da organização curricular no sentido de possibilitar o diálogo entre os conhecimentos de cada área e entre as áreas, como também nas disciplinas e entre as disciplinas. Portanto, redimensiona a concepção universalista de conhecimento, por entender que o conhecimento histórico-social possibilita a reflexão crítica, uma vez que busca relacionar partes e totalidade. “A relação entre partes que compõe a realidade, possibilita ir além da parte para compreender a realidade em seu conjunto” (BRASIL, 2011, p. 42).

Isto posto, podemos assegurar que a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, é possível traçar um novo caminho para esta etapa da Educação Básica, um caminho que, ao levar a uma formação que não dissocia a ciência do trabalho, possibilita aos estudantes compreenderem que os conhecimentos e os valores característicos de um tempo histórico e de um grupo social trazem a marca das razões, dos problemas, das necessidades e das possibilidades que orientaram o desenvolvimento dos meios e das relações sociais e de produção. Conforme o que propõem as DCNEM para o currículo:

A integração entre as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva do trabalho como princípio educativo tem por fim propiciar a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos sociais e produtivos, devendo orientar a definição de toda proposição curricular, constituindo-se no fundamento da seleção dos conhecimentos,

Assim, o Documento Orientador do PFEM, sinaliza como formação humana integral à compreensão dos indivíduos em sua inteireza, isto é, a tomar os educandos em suas múltiplas dimensões intelectual, afetiva, social, corpórea, com vistas a propiciar um itinerário formativo que potencialize o desenvolvimento humano em sua plenitude, que se realiza pelo desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Todas essas proposições devem conter a base curricular, desde a definição das áreas e disciplinas, dos conhecimentos, da metodologia, do processo de avaliação até o fazer pedagógico que compõem o projeto escolar

## **As Ciências Humanas e Sociais: uma construção constante**

Nos dias que seguem, quando tomamos consciência do fim das certezas, quando enfrentamos a crise da racionalidade científica e o fracasso das grandes ideologias que transformaram nossas vidas em espetáculos e até mesmo em simulacros, as ciências humanas ficaram desamparadas em fase de uma sociabilidade esfacelada, incapaz de conferir certo sentido às nossas existências individuais e coletivas (JAPIASSU, 2012). Constatamos que até a última grande guerra, ciência era sinônimo de conhecimento certo, havia uma segurança de pensamento, nesse sentido as ciências humanas viviam em certa paz porque suas hipóteses e conclusões eram formuladas com convicção. Percebemos que hoje, a ciência é vista como sinônimo de questionamento, dúvida, desconfiança, gerando medos irracionais. E a recusa em realizar uma avaliação crítica, por parte das ciências humanas, pode revelar algo de sua natureza: a racionalização de uma prática de opressão, exploração e normalização.

Cabe aqui definir essas ciências (as *Humanities*) impondo a expressão mais sucinta *Social Sciences*, sem distinção de natureza entre as ciências sociais e as humanas. Compreendemos que os fenômenos sociais dependem de todos os caracteres do homem, inclusive os processos psicofisiológicos e, reciprocamente, as ciências humanas são todas sociais por um ou outro de seus aspectos. Assim,

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452  
“denominamos ciências humanas as disciplinas autodeterminadas do saber dizendo respeito ao homem e a sociedade, mas privilegiando o método de compreensão e interpretação de seus fenômenos e visando, quando possível estabelecer leis abstratas e gerais, possuindo um alto coeficiente simbólico com fronteiras e estatutos incertos” (JAPIASSU, 2012. p. 36)

Ao fazermos uma análise de cada uma, vemos que a História remonta à Antiguidade, a Sociologia e a Psicologia têm pouco mais de um século, outras como Economia e Linguística priorizam certos domínios de atividade. Notamos que por detrás dessa diversidade (de origem, objeto e tradição) surgem pontos essenciais de encontro recobrimento, mas cada uma com um objetivo claro e preciso: a Antropologia não só surge, e visa estudar o homem e a vida em sociedade, mas descreve racional e objetivamente os ritos, os mitos e os costumes dos povos; a História além de reconstruir o passado dos homens e das sociedades, tenta também reconstruir as mentalidades, os modos de vida e os universos sociais formando o solo invisível de suas mutações e invariâncias; a Sociologia, se dedica ao estudo dos grupos sociais, analisa as formas internas de organização, as relações que os sujeitos mantêm entre si com o sistema e a grande coesão existente na estrutura social; a Filosofia consiste no estudo de problemas e fundamentos relacionados à existência, ao conhecimento, a verdade, aos valores morais e estéticos, à mente e a linguagem; a Geografia estuda a terra e as relações entre esta e o homem (sociedade) para compreender como os fenômenos físicos, biológicos e humanos atuam no espaço.

Assim, “todas as ciências humanas se entrecruzam e podem ser interpretadas umas pelas outras” (JAPIASSU, p. 7). Destarte, não resta dúvida que nossas atuais ciências humanas procederam de práticas do saber construídas seus novos objetivos, sua metodologia e sua epistemologia.

## **O Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio e a Atividade de Ensino de Ciências Humanas: um breve percurso**

O Programa Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PFEM), tem como referencial o ambiente escolar, desnudado pela visão dos protagonistas: os professores do Ensino Médio. As atividades do PACTO foram realizadas de forma

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 presencial, na própria Instituição de Ensino, no município de Janduí-RN, sob a orientação da Coordenadora Pedagógica da escola.

O Documento Orientador afirma que no Ensino Médio, reside a dívida maior em relação ao direito social e subjetivo à educação. O Brasil, embora sendo o país econômico e politicamente mais importante da América Latina, até 2009, era o único em que o Ensino Médio não se constituía, de fato, como obrigatório. Foi somente com a recente alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96 que a Educação Básica se tornou obrigatória dos 4 aos 17 anos e, portanto, o Ensino Médio passou a se constituir em direito de todos os jovens de 15 a 17 anos (BRASIL, 2006), conquista obtida com a aprovação da emenda nº 59/2009 (que deu nova redação aos incisos I e VII do artigo 208 da C.F.), determinou que, até 2016, a educação básica passa a ser obrigatória àqueles que tenham de 4 a 17 anos, assegurando, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

O PFEM iniciou suas atividades no ano de 2014 com a seguinte constituição: a turma era formada por 07 (sete) professores das diferentes áreas do conhecimento, além dos gestores da escola: diretor vice-diretor e coordenação pedagógica.

Um dos critérios para participar do Programa consistia em ser professor do Ensino Médio e estar cadastrado no Censo Escolar. Os encontros presenciais com carga horária de 50% das atividades de aprofundamento teórico nos encontros mensais de 08 (oito) horas, e os outros 50% destinados às atividades à distância - leituras, planejamento, escrita de textos, vídeos - e prática em sala de aula.

O Programa de Formação Continuada do PFEM era composto por atividades de integração teórico-prática e encontros mensais. Atividades de aprofundamento teórico, seminários, atividades didático-pedagógicas com uso da tecnologia como aliada nesse processo. Para consecução do Programa, foi definido um Orientador de Estudo por escola que participava da formação ofertada pelas Instituições de Ensino Superior -IES – para a realização das atividades junto aos professores, propostas nos Cadernos elaborados pelo MEC.

A política da formação continuada da escola assentou-se na garantia do estudo e da possibilidade de intervenção no cotidiano escolar, permitindo o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico. A proposta do PFEM veio como uma formação de caráter

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 coletivo, contextualizada, atrelada às necessidades e problemáticas do dia-a-dia escolar. Em outras palavras, a formação se deu num contínuo, por meio do compartilhamento de experiências, de debates entre grupos de estudos, das atividades de pesquisa e ação, da escrita de projetos, do desenvolvimento e da melhoria do currículo, do planejamento das atividades de aprendizagem, da aplicação das tecnologias da informação e da comunicação, entre outros.

A formação continuada constituiu uma prioridade para a instituição escolar coadunando-se com a perspectiva teórica contemporânea, com suas próprias demandas com o intuito de oferecer encontros de educação continuada de qualidade; criando espaços de diálogo na instituição e fomentando a leitura e o elo entre a teoria e a prática.

Para entendermos a contribuição da atividade das Ciências Humanas no processo de Formação Continuada pelo PFEM, começamos com alguns procedimentos que particularizam as Ciências Humanas, ou as ciências reflexivas, isto é, que pensam sobre a historicidade de suas próprias práticas, sobre os sujeitos que as pensam e sobre a própria sociedade. Estes procedimentos investigativos, os quais podem ser entendidos também como perspectivas de atuação, são a desnaturalização, o estranhamento e a sensibilização.

O procedimento da desnaturalização consiste em interpretar e reinterpretar o mundo, construir novas explicações para além daquelas mais recorrentes, usuais, existentes em nossas vivências cotidianas e no que chamamos de “senso comum”. A perspectiva do estranhamento requer um certo reencantamento do mundo, isto é, uma atitude de voltar a admirá-lo e de não o achar “normal”. Implica também em não nos deixarmos levar por aquilo que usualmente conhecemos como “conformismo” e “resignação”. A sensibilização pode ser entendida como a possibilidade de percepção atenta das vivências e experiências individuais e coletivas, rompendo-se assim com atitudes de indiferença e incompreensão na relação com o outro e com os problemas que afetam comunidades, povos e sociedades. Contemplamos aqui o aspecto mais importante do legado das Ciências Humanas para a aprendizagem: o de fomentar conhecimentos emancipatórios que contribuam para o enfrentamento dos problemas contemporâneos.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Nessa perspectiva, abordaremos as possibilidades metodológicas implementadas pelo Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PFEM), na atividade de ensino das Ciências Humanas, possibilitando e permitindo a construção de espaços nos quais o diálogo entre saberes, fazeres e visões de mundo distintas, puderam contribuir para o desenvolvimento integral de todos e de cada um, tendo como foco a interdisciplinaridade. As DCNEM estimulam a interdisciplinaridade partindo do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, seja de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de iluminação dos aspectos não distinguidos.

Inicialmente, tomemos como exemplo a especificidade da Geografia, tendo como necessária a compreensão do espaço geográfico, concretizado nas relações entre natureza e sociedade. A complexidade do espaço geográfico, em diferentes escalas geográficas, requer a interdisciplinaridade para que haja interpretação da realidade. Um aspecto importante à Geografia é a compreensão da formação, ou da gênese, ou ainda da origem de qualquer fenômeno geográfico, pois tempo e espaço são conceitos indissociáveis.

Enveredando na Filosofia como componente curricular do Ensino Médio, deve-se oportunizar aos jovens estudantes experiências de pensamento conceitual, no qual possam interpretar e criticar as diferentes manifestações humanas. Assim, a partir desses desafios, cabe a Filosofia integrar-se aos demais componentes das Ciências Humanas e criar as condições para que o estudante aprofunde o conhecimento de si, do outro e do seu contexto cultural.

Consideremos então, que todos os conhecimentos possuem história. Nenhuma teoria se estabelece enquanto tal se não se remeter às maneiras e procedimentos como determinados fenômenos, naturais e culturais, vieram a ser explicados, compreendidos e significados. Um ponto a ser pensado e discutido refere-se a sugestões sobre como realizar ações curriculares em que as histórias dos conhecimentos científicos sejam discutidas com os estudantes, interferindo nas possibilidades de estes protagonizarem pesquisas temáticas. Quanto à Sociologia, nos espaços escolares da Educação Básica, em especial no Ensino Médio, a reflexão sociológica pode ser feita mediante o aprendizado da problematização e da contextualização, considerando a pesquisa como pressuposto epistemológico.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Assim, o PFEM na atividade de Ensino das Ciências Humanas pode contribuir para que os estudantes leiam o mundo em outras bases, refletindo e agindo criticamente, questionando práticas discriminatórias e excludentes, valorizando a diversidade cultural e o protagonismo juvenil.

Nesta ótica, as normas orientadas do Ensino Médio indicavam:

A qualidade social da educação brasileira é uma conquista a ser construída coletivamente de forma negociada, pois significa algo que se concretiza a partir da qualidade da relação entre todos os sujeitos que nela atuam direta e indiretamente. Significa compreender que a educação é um processo de produção e socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Produzir e socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola. Assim, a qualidade social da educação escolar supõe encontrar alternativas políticas, administrativas e pedagógicas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso do indivíduo no sistema escolar, não apenas pela redução da evasão, da repetência e da distorção idade ano/série, mas também pelo aprendizado efetivo. (BRASIL, 2011, p. 10).

Diante do exposto, o PFEM concebeu a escola como um *lócus* privilegiado para a formação continuada com base no estudo, pesquisa, planejamento e análise de reconfiguração da função político-pedagógica da natureza da prática docente e da gestão escolar como interfaces da formação integral dos estudantes.

## **Análise de dados e mudanças observadas**

Diante dos resultados preocupantes do Ensino Médio nas avaliações nacionais e internacionais, existia uma enorme preocupação por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal com a qualidade da Educação, em particular o Ensino Médio. Em âmbito legal esse direito encontra-se amplamente contemplado na LDB (9394/96) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), quando afirma em seu Art. 3º que “o Ensino médio é um direito social de cada pessoa e dever do Estado na sua oferta e gratuito a todos” e que “[...] em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se [...] Art. 5º, “na formação integral do estudante”, Art. 5º, inciso I. O grande desafio então é avançar na direção de garanti-lo como direito igualitário de todos de forma pública, gratuita laica e com qualidade socialmente referenciada.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452  
Diante dessa realidade, o objetivo principal do nosso trabalho estava centrado na compreensão de como a participação dos professores das ciências Humanas no PFEM contribuiu para o desenvolvimento integral dos estudantes da instituição pública de Ensino Médio no município de Janduís-RN.

Em nossa vivência, exercendo a função de Coordenadora Pedagógica e Orientadora de Estudos do PFEM no Município de Janduís-RN, na 14 Dired – Umarizal-RN, pudemos observar, através da análise de dados que constam no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), a baixa participação dos estudantes do Ensino Médio no ENEM, na Área de Ciências Humanas, no ano anterior ao início do PFEM e nos dois anos posteriores, período em que o PFEM estava iniciando e se fortalecendo para que os resultados se concretizassem a médio e longo prazo, conforme dados de anos subsequentes dos alunos da escola objeto de estudo deste trabalho, o que evidenciou uma situação fragmentária em que se encontrava a oferta do Ensino Médio para o que se apontava nas DCNEM.

**Quadro 1: Dados do ENEM da Instituição Pública de Ensino Médio do município de Janduís/RN.**

ENEM – 2013 / 2017				
ANO	ÁREA DE CONHECIMENTO	MUNICÍPIO/ INSTITUIÇÃO ESCOLAR	TAXA DE PARTICIPAÇÃO	MÉDIA (C.H)
2013	Ciências Humanas	Janduís – RN – Instituição Ensino Médio	*Não há resultado p/ este ano	-
2014	Ciências Humanas	Janduís – RN – Instituição Ensino Médio	*Não há resultado p/ este ano	-
2015	Ciências Humanas	Janduís – RN – Instituição Ensino Médio	*Não há resultado p/ este ano	-
2016	Ciências Humanas	Janduís – RN – Instituição Ensino Médio	50%	490 pts
2017	Ciências Humanas	Janduís – RN – Instituição Ensino Médio	34%	470 pts
2018	Ciências Humanas	Janduís – RN – Instituição Ensino Médio	43%	519 pts

Fonte: Elaboração própria com dados do Portal do Qedu.

\*Os dados desta escola não são representativos.

Os dados demonstraram o desestímulo, a baixa estima dos estudantes em participar do ENEM, o que configurou em “os dados desta escola não são representativos”, tendo em vista que menos de 50% dos estudantes do Ensino Médio participaram do pleito nos referidos anos.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Estes pressupostos apontaram para a necessidade dos professores ampliarem suas compreensões sobre a totalidade dos componentes curriculares, nas formas de disciplinas e outras possibilidades de organização do conhecimento escolar, a partir de quatro dimensões fundamentais: a) compreensão sobre os sujeitos do ensino médio considerando suas experiências e necessidades; b) escolha de conhecimentos relevantes de modo a produzir conteúdos contextualizados nas diversas situações onde a Educação do Ensino Médio era produzida; c) planejamento que propiciasse a explicitação das práticas de docência e que ampliasse a diversificação das intervenções no sentido da integração nas áreas e entre áreas; d) avaliação que permitisse ao estudante compreender suas aprendizagens, e ao docente identificá-las para novos planejamentos.

Nessa perspectiva, o PFEM suscitou a ampliação dos espaços de formação de todos os profissionais, desencadeando um movimento de reflexão sobre as práticas curriculares que se desenvolvem nas escolas fomentando o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na Formação Humana Integral dos estudantes conforme apontada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Uma formação humana em que os aspectos científicos, tecnológicos, humanos e culturais estiveram incorporados e integrados. Assim, os conhecimentos das ciências denominadas duras e o das ciências sociais e humanas foram contemplados de forma equânime, em nível de importância e de conteúdo, visando uma formação integral de sujeitos autônomos e emancipados (MOURA, 2013).

Essa formação humana e integral perpassou pela adoção de metodologias inovadoras. A instituição de Ensino Médio em discussão se utilizou de Projetos interdisciplinares, de Gincanas Escolares, Feiras de Ciências no Semiárido Potiguar, aulas práticas e de campo (extraescolar), Olimpíadas Nacionais como a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Pública (OBMEP), Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP), Saraus, Cafés Filosóficos, Feiras de Leituras, Eventos Culturais da cidade e da região, Ferramentas Tecnológicas e Digitais, como instrumentos para auxiliar e ajudar na melhoria e avanço do processo de ensino-aprendizagem.

Como destaque da influência do PFEM no protagonismo dos jovens estudantes do Ensino Médio, apresentamos abaixo a participação exitosa dos estudantes da

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 referida instituição educacional no Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), Programa de Simulação Parlamentar Juvenil da Câmara dos Deputados Brasileira, para o protagonismo dos jovens estudantes do Ensino Médio nos anos de 2015, 2018 e 2019. Consideramos relevante o impacto do Programa PFEM e a atividade do Ensino de Ciências Humanas na formação desses jovens na Educação para a Democracia.

**Quadro 2: Resultado do Programa Parlamento Jovem Brasileiro - PJB.**

ALUNO (A)	ANO PJB	CLASSIFICAÇÃO	EMENTA DO PROJETO
A.A.J.O	2015 (12º Edição)	1º LUGAR	Dispõe sobre a implantação de salas de música no âmbito das escolas públicas do ensino básico brasileiro, regulamentando o disposto na Lei Nº 11.769, de 18 de Agosto de 2008.
K.K.P.G	2018 (15º Edição)	3º LUGAR	Dispõe sobre a implantação de enfermarias de primeiros socorros no âmbito de escolas públicas de ensino infantil e fundamental I e II, com acompanhamento de profissional técnico em enfermagem.
S.V.F.P	2019 (16º Edição)	1º LUGAR	Dispõe sobre a implantação de espaços de atendimento às crianças de 01 a 05 anos de idade nas Escolas Públicas de Ensino Médio e EJA- Educação de Jovens e Adultos- Modalidade Ensino Fundamental I e II e Médio - do turno noturno, garantindo o acesso, a frequência e permanência de mães estudantes no período das aulas durante todo o ano letivo.

Fonte: Elaboração própria com dados do Portal da Câmara dos Deputados – Anos 2015, 2018 e 2019.

A análise dos dados acima apontou para mudanças significativas na vida dessa juventude, advindas da atividade das Ciências Humanas proveniente do PFEM caracterizadas pelo interesse e motivação para o debate de questões sociais, políticas e pela participação na resolução de problemas da coletividade. Os estudantes passaram a ocupar espaço no Ensino Superior, no trabalho e na comunidade, atuando de forma participativa e crítica, na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Nesse contexto, as Ciências Humanas possibilitaram grande contribuição para que os estudantes lessem o mundo com outras bases, refletindo e agindo

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 criticamente, questionando práticas discriminatórias e excludentes, valorizando a diversidade cultural e o protagonismo juvenil.

Dessa maneira, acreditamos que o reconhecimento do professor como sujeito e protagonista desse novo fazer pedagógico representou uma possibilidade de êxito nesse projeto, construído a partir do compromisso de todos: professores, gestores e estudantes com o PFEM, que desencadeou nesse novo olhar para os jovens, enquanto sujeitos constituídos de uma identidade.

Diante do exposto, essa instituição educacional se configurou como uma escola reflexiva. Nas palavras de Alarcão (2005) seria:

Uma escola onde tudo gira à volta da sua missão: educar as novas gerações. Uma escola de que todos se orgulham: os alunos os professores, os funcionários, os pais, a comunidade envolvente. Quer isto dizer, uma escola onde os professores se sintam felizes e úteis à sociedade e onde os alunos apreciem como é bom crescer em saber (ALARCÃO, 2005, p. 82-83).

## Considerações Finais

O PFEM foi uma Formação Docente que muito contribuiu na atividade das Ciências Humanas para o desenvolvimento integral dos estudantes numa perspectiva interdisciplinar e humanística. A partir do reconhecimento do estudante como sujeito de direitos com suas potencialidades e possibilidades. Percebendo como os jovens estudantes construíam o seu próprio modo de ser e, nesse sentido, conhecer e compreender as suas experiências, necessidades e expectativas. Diversas adequações foram realizadas pelos professores nas suas atividades de ensino de Ciências Humanas, em decorrência dos saberes construídos por meio dessa formação continuada, a saber: momentos de estudo em grupo, análise e reflexão acerca dos conteúdos trabalhados, inserindo a teoria à prática docente, troca de experiências, planejamento interdisciplinar, aulas significativas com foco no sujeito da aprendizagem – o estudante - integração entre professores das diversas áreas do conhecimento na discussão e elaboração da proposta do redesenho curricular.

Conforme Alarcão (2005, p. 41), “o paradigma de formação do professor reflexivo dos anos 90 pode ser muito valorizado se o transportarmos do nível da formação dos professores, individualmente, para o nível de formação situada no

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 coletivo dos professores no contexto da sua escola”. E acrescenta: “É essa razão, pela qual desde 2001 tenho vindo a conceber a escola como escola reflexiva, que considero uma escola em desenvolvimento e em aprendizagem (ALARCÃO, 2005, p. 41)

Assim se deu o PFEM no interior da escola: professores, profissionais atuantes, embebidos de criatividade, amorosidade, humanização, reflexão e flexibilidade na construção de novos caminhos que contribuíssem na formação humana e integral dos estudantes do Ensino Médio. Diante de um Programa que apresentava resultados exitosos, surge a Reforma do Ensino Médio, firmada com a aprovação da Lei nº 13.415/2017 e, conseqüentemente, a finalização do PFEM. Logo, podemos perceber a descontinuidade nas Políticas Públicas Educacionais no Brasil. Seriam elas Políticas de Governo? Ou melhor seria se fossem Políticas de Estado?

O PFEM representou um novo olhar para o Ensino Médio Brasileiro em toda a sua especificidade, diversidade e possibilidade de um redesenho curricular discutido e organizado pela comunidade escolar “*in locus*”. Para o momento, urge a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O que certamente conduzirá a novas e inacabadas discussões no âmbito educacional.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Alexandro Dantas Trindade *et al.*. **Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno II: Ciências Humanas**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014, p. 53. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/03/Caderno-II-C.-HUMANAS-FINAL.pdf>. Acesso em: 05 junho 2020.

BRASIL. Carlos Artexes Simões, Monica Ribeiro da Silva. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno III: o currículo do ensino médio, seu sujeito e o desafio da formação humana integral**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013, p. 49. Disponível em: <http://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/03/web-caderno-3.pdf>. Acesso em: 05 junho 2020.



Unahce  
Unidade Acadêmica  
de Humanidades,  
Ciências e Educação



Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452  
BRASIL. Carmen Sylvia Vidigal Moraes *et al.*. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I**: ensino médio e formação humana integral / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013, p. 51. Disponível em:  
<https://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/03/web-caderno-1.pdf>. Acesso em 05 junho 2020.

BRASIL. Ciências humanas e suas tecnologias. **Orientações curriculares para o ensino médio**: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v. 3, 2006, p. 133. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf). Acesso em: 09 junho 2020.

BRASIL. Erisevelton Silva Lima *et al.*. **Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno I**: Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014, p. 49. Disponível em:  
<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/03/Caderno-I-OTPEM-FINAL.pdf>. Acesso em: 05 junho 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Seção I, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**: Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio em 2014. Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio em 2014. 2014. Disponível em:  
[http://observatoriodajuventude.ufmg.br/pacto-mg/images/ATIVIDADEDEFORMACAO/Doc\\_orientadordasacoesdeformacaocontinuada.pdf](http://observatoriodajuventude.ufmg.br/pacto-mg/images/ATIVIDADEDEFORMACAO/Doc_orientadordasacoesdeformacaocontinuada.pdf). Acesso em: 17 maio 2020.

BRASIL. PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO. **Parlamento Jovem**. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem>. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Paulo Carrano, Juarez Dayrell (Org.). **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II**: o jovem como sujeito do ensino médio. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013, p. 69. Disponível em:  
<http://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/03/web-caderno-2.pdf>  
Acesso em 05 junho 2020.

BRASIL. QEDU. **Matrículas e Infraestrutura**. Disponível em:  
<https://www.qedu.org.br/escola/72191-ee-professor-daniel-gurgel/sobre>. Acesso em: 29 maio 2020.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola**. Campinas: Papyrus, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JAPIASSU, Hilton. **A Crise das Ciências Humanas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Recebido julho de 2020.

Aprovado setembro de 2022.